



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA, DE SETE DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO. -----

-----Ao sétimo dia do mês de maio de dois mil e dezoito, pelas catorze horas e quinze minutos, reuniu o Conselho de Ilha de Santa Maria (CISM), no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Vila do Porto, para a segunda reunião ordinária, tendo como Ponto Um da ordem de trabalhos - Solicitação de parecer escrito no âmbito da proposta de Decreto Legislativo Regional N.º15 /XI (GOV) – “Cria o Paleoparque de Santa Maria” e Ponto Dois da ordem de trabalhos – Pedido de parecer sobre o Projeto de Resolução N.º77/XI – “Modelo alternativo de transporte marítimo de mercadoria nos Açores” . -----

----- A esta reunião compareceram os Conselheiros; Carlos Henrique Lopes Rodrigues – Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto; Daniel da Silva Gonçalves; Roberto Furtado Lima de Sousa; José de Andrade Melo; Eduardo Manuel Pereira Cambraia; Marco André Braga Carvalho; Jorge Luís da Costa Pessoa Pereira da Costa; António Manuel Sousa Braga e as Conselheiras; Maria Dulce de Oliveira Resendes e Márcia Catarina da Costa Santos.-----

----- Não informaram a mesa da sua ausência os Conselheiros Pedro Miguel Teixeira Carreiro Coutinho, Jorge Alberto Monteiro Santos, José da Ascensão Cabral Branco, Duarte Manuel Braga Moreira, Aníbal Cabral Moura.-----

----- Não tomou posse o Conselheiro José Emanuel Sousa Medeiros tendo a Associação de Pescadores da Ilha de Santa Maria enviado uma representante para substituí-lo na sua ausência, mas sem a tomada de posse efetiva a mesma não pode representar esta associação. -----

-----Informou a sua ausência a Deputada Regional eleita por Santa Maria à ALRAA Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves. A mesma solicitou que ficasse registado em ata que aceita receber as convocatórias/convites deste Conselho via e-mail-----

-----Estiveram ausentes os Deputados Regionais eleitos por Santa Maria à ALRAA João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa e Paulo Henrique Parece Batista.-----

-----O Presidente do Conselho de Ilha, Conselheiro Daniel Gonçalves, deu início à reunião e saudou os presentes dando informação sobre a correspondência recebida, nomeadamente os dois pedidos de parecer que constam no ponto um e dois da Ordem de Trabalhos e também da receção de estatísticas relativas ao movimento turístico no arquipélago. Informou também que, tendo em conta o ponto dois da Ordem de Trabalhos tinha sido enviado ofício a convidar os Agentes Transitários da ilha estando representada a empresa Bensaúde na pessoa do senhor Valter Bairos, a quem agradeceu o interesse em estar presente.-----

-----Seguidamente procedeu-se à leitura e votação da ata da primeira reunião ordinária de vinte e quatro de janeiro de dois mil e dezoito tendo a mesma sido aprovada por maioria com as abstenções dos Conselheiros José Arsénio Sousa Chaves e Jorge Alberto Cabral Botelho.-----

-----Não houve inscrições no período ANTES DA ORDEM DO DIA dando-se início à discussão do Ponto Um da Ordem de Trabalhos Solicitação de parecer escrito no



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

âmbito da proposta de Decreto Legislativo Regional N.º15 /XI (GOV) – “Cria o Paleoparque de Santa Maria”.

-----O Presidente da Mesa leu o sexto parágrafo do preâmbulo da proposta apresentada, fazendo observação ao Artigo 8º que salvaguarda ações de relevante interesse público, tais como a possível implantação de uma plataforma de lançamento de satélites na zona da Malbusca.

-----De seguida, deu-se início a inscrições para o tema havendo várias inscrições: ---

-----O Conselheiro José Melo, relativamente ao Paleoparque congratulou o fato da criação do mesmo vincar a singularidade de Santa Maria a nível regional e internacional com o slogan “Ilha primeira e diferente” sendo que o que existe já está legislado no Decreto Legislativo Regional N.º 39/2012/A de 19 de Setembro e que agora será reforçado. A classificação de Paleoparque tem o reconhecimento da Associação da Internacional de Paleontologia o que realça a notoriedade a nível internacional. Existe a necessidade de conservação e proteção dos fósseis *In situ* uma vez que é assim que são potenciados por quem nos visita. Este decreto permite reforçar a proteção da extração de fósseis das jazidas e também ressaltar como elemento marcante e diferenciador de Santa Maria, permitindo a introdução da ilha num nicho de turismo científico que poderá ser promovido e potenciado pelas empresas de Animação Marítimo Turística e Animação Turística. Relativamente ao documento em si, é de opinião que não é necessária a distinção de classificação em Classes 1, 2 e 3 uma vez que seria suficiente a Classe 1, mas que não vê pejo nenhum em aprovar o documento tal como se apresenta. Propõe ainda exista representação de um elemento da Escola Básica e Integrada da Ilha de Santa Maria tendo em conta o interesse didático e académico.

-----O Conselheiro Jorge Costa questionou se essa representatividade não estava feita com a presença da Universidade dos Açores ao que o Conselheiro José de Melo respondeu que o contributo da Universidade dos Açores é de âmbito científico enquanto que a escola tem vocação para a vertente pedagógica existindo oportunidade de extensão à vertente educativa de aprendizagem no local.

-----A Conselheira Márcia Santos referiu que o que lhe chamou a atenção foi o facto de a alínea d) presente no Artigo 5º e Artigo 6º não estar presente no Artigo 4º, não compreendendo a diferença entre as classificações. O Conselheiro José de Melo respondeu que, por exemplo, a Pedreira do Campo era uma zona de exploração de inertes e que num passeio do CADEP-CN o geólogo, Sérgio Bastos, que acompanhava o grupo é que identificou algumas das formações sendo depois cancelada a exploração, daí a diferenciação do articulado. O Conselheiro Roberto Furtado referiu que era uma questão técnica e que não havia necessidade da existência da alínea d) no Artigo 4º. Tendo a concordância de todas e todas com o teor da intervenção do Conselheiro Roberto Furtado.

-----O Presidente da Mesa resumiu o que tinha sido dito nas diferentes intervenções sugerindo que no documento a enviar ao GRA seja recomendada a inclusão de um ou uma representante da EBISMA no Conselho Consultivo do futuro Paleoparque de Santa Maria, dando este órgão parecer positivo à proposta de Decreto Legislativo Regional N.º15 /XI (GOV) – “Cria o Paleoparque de Santa Maria”. Foi votado por unanimidade o parecer positivo nestes termos.



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

*Alcides
Jorge A.
Oliveira
Guedes*

----- O Presidente da Mesa leu o Projeto de Resolução apresentado pelo grupo Parlamentar do CDS-PP à Assembleia Legislativa Regional que consta do Ponto Dois da Ordem de Trabalhos - “Modelo alternativo de transporte marítimo de mercadoria nos Açores”, abrindo-se inscrições para a discussão do mesmo.-----

-----O Conselheiro Jorge Botelho interveio dizendo que o transporte marítimo é importante, mas que o aéreo também o é pela rapidez de entrega. Referiu que importa haver uma resposta urgente para a resolução dos constrangimentos dos transportes, nomeadamente do aéreo, sendo que a diferenciação de preços deve ser estudada. O Presidente da Mesa fez notar que o pedido de parecer tem que ver com o transporte marítimo e que não acha que deva ser incluído no mesmo o tópico do transporte aéreo, apesar de pertinente e importante.-----

-----O Conselheiro Jorge Costa fez uma declaração de interesse, uma vez que a sua empresa é agente da Transinsular. Começou por referir que desde a liberalização do transporte marítimo de mercadorias verificaram-se muitas evoluções. Na sua opinião faz todo o sentido estudar o assunto e encontrar alternativas para o Transporte marítimo nas nove ilhas, mas que a a proposta apresentada tem também um carácter político, uma vez que a ilha Terceira tem uma maior relevância no neste tipo de transporte a nível Açores. O estudo a realizar deverá indicar qual a ilha que deve receber a carga mas não pode ser reduzido o número de escalas para as ilhas pequenas. Disse ainda que este órgão tem vindo a emitir pareceres da escala do porta-contentores de quinze em quinze dias e tem feito já diversas recomendações enquadradas dentro do que está estipulado. Referiu que o Plano Integrado de Transportes contempla um futuro barco de mercadoria com contentores, mas sem carga rodada uma vez que o navio não tem grua. A carga rodada terá de vir de porta-contentores. Fez ainda menção ao fato de que a Mareaçor foi constituída com a intenção de haver participação dos diversos operadores que praticam os Açores e a ligação Lisboa/Açores e a Mareaçor trazia os contentores. O projeto não teve a adesão de todos os operadores, por isso o navio “Vitorino” teve de sair da operação. É legítimo haver um porta-contentores todas as semanas, todavia por ser um transporte não subsidiado, a viabilidade económica das empresas deve ser assegurada. Qualquer alteração legislativa deve beneficiar e valorizar a chegada/saída de mercadoria.-----

-----O Conselheiro Roberto Furtado disse que analisou as ligações dos porta-contentores aos Açores e que ainda sentimos dificuldades de abastecimento à ilha. Julga que a proposta que faz sentido para nós, Santa Maria, para a ilha Graciosa e Flores é de uma ligação quinzenal e para São Jorge e Pico semanal, e 3 semanais para S. Miguel. Referiu ainda que a proposta do Conselheiro Jorge Costa de uma ligação semanal a Santa Maria é um caso para defender no futuro. De acordo com a iniciativa do CDS-PP, visa-se a melhoria do serviço e uma redução de custos e que os marienses tem todo o interesse numa alternativa mais viável.-----

-----O Conselheiro Carlos Rodrigues declarou que os Conselheiros Jorge Costa e Roberto Furtado já abordaram as questões mais pertinentes e defende que se faça um estudo aprofundado através de uma entidade autónoma. Disse que toda a gente sabe que há um cartel instituído pelos três operadores que escalam os Açores sendo eles próprios a definir os preços a praticar e que oneram em muito o custo da mercadoria



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

contentorizada. Há uns anos atrás houve uma redução significativa por via da estiva que dispensou muitos trabalhadores com indemnizações. Hoje parece ser um grande negócio, pois está a onerar muito as cargas nos portos dos açorianos. Está completamente de acordo com um estudo isento e autónomo.-----

-----O Conselheiro Jorge Costa complementando a sua intervenção referiu que quando se fez a reestruturação da estiva nos Açores, eliminou-se a estiva com os termos fixos mensais, foram indemnizados e nesses portos as funções passaram para a Portos dos Açores com a Taxa de Reestruturação Portuária que esteve em vigor até as indemnizações serem liquidadas. A estiva em Santa Maria é necessária para a operação regular do porto e esse estudo deve contemplar esse custo.-----

-----O Conselheiro José de Melo disse que depois de ouvir as intervenções acha que se solicite o estudo ao modelo existente que tenha em conta as necessidades da ilha de um toque semanal. -----

-----O Conselheiro Roberto Furtado referiu que os marienses reconhecem a necessidade de reforçar e colmatar as necessidades atuais.-----

-----A Conselheira Dulce Resendes referiu que percebe a ideia do CDS-PP, mas este órgão deve salvaguardar o que entendemos ser importante para Santa Maria.-----

-----O Conselheiro Carlos Rodrigues reforçou que, se há ilhas de coesão, as ilhas pequenas devem ser salvaguardadas numa ligação regular. Deveria haver uma majoração para as ilhas da Coesão por forma a defendê-las.-----

-----O Sr. Valter Bairos pediu para intervir dizendo que a empresa que representa deverá, de qualquer forma, ser auscultada no âmbito deste parecer, não podendo ser porta-voz da mesma, contudo, como cidadão, pode confirmar as suas preocupações relativamente ao atual modelo de transporte marítimo de mercadorias, que poderia ser revisto.-----

-----O Presidente da Mesa propôs uma síntese das intervenções realizadas tendo sido votado por unanimidade o parecer favorável à proposta do CDS-PP, reunindo as diversas sugestões apresentadas.-----

-----O Conselheiro Eduardo Cambraia reforçou que concorda com a emissão favorável do parecer, mas elencando aquilo com que não estamos satisfeitos.-----

-----O Presidente do Conselho de Ilha Conselheiro Daniel Gonçalves agradeceu a participação de todos e todas, e nada mais havendo a tratar deu por encerrada esta sessão pelas dezasseis horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, Márcia Catarina da Costa Santos, que a redigi e subscrevi, bem como pelos membros da mesa do Conselho de Ilha. -----

Márcia Catarina da Costa Santos

Maia Dulce de Oliveira Resendes

Daniel da Silva Gonçalves

[Signature]